

# A LUTA POR UMA IDENTIDADE COLETIVA: ASPECTOS TEXTUAL- DISCURSIVOS NA CONSTRUÇÃO DO ETHOS LGBT

## THE STRUGGLE FOR A COLLECTIVE IDENTITY: TEXTUAL-DISCURSIVE ASPECTS IN THE CONSTRUCTION OF LGBT ETHOS

Samuel de Souza Matos 1

**Resumo:** As efervescentes discussões contemporâneas sobre problemas sociais vinculados aos grupos vulneráveis chamam a atenção aos estudos linguísticos. Nesse sentido, temas como diversidade sexual e de gênero, direitos humanos LGBT e combate à LGBTfobia têm ganhado cada vez mais espaço na mídia e nas pesquisas acadêmicas. Situando-se nos pressupostos teórico-analíticos da Linguística Textual e da Argumentação Retórica, este artigo busca investigar os processos referenciais e as estratégias argumentativo-retóricas que indiciam a construção do ethos coletivo LGBT no texto de ativistas de duas entidades LGBT da cidade de Aracaju/SE. Metodologicamente, a pesquisa é de cunho qualitativo e assume a abordagem descritivo-interpretativa, optando-se pela entrevista aberta como técnica de coleta do corpus. Os resultados apontam para o ethos LGBT cindido entre LGBTfobia e resistência diária no contexto sociopolítico de lutas pela construção de uma identidade coletiva, mediante o entrelaçamento de distintos aspectos textual-discursivos.

**Palavras-chave:** Movimento LGBT. Ethos Discursivo. Referência.

**Abstract:** The effervescent contemporary discussions on social problems linked to vulnerable groups call attention to linguistic studies. In this sense, themes such as sexual and gender diversity, LGBT human rights and the fight against LGBTphobia have gained increasing space on social media and in academic research. Situating on the theoretical-analytical assumptions of Textual Linguistics and Rhetorical Argumentation, this article seeks to investigate the reference processes and argumentative-rhetorical strategies that indicate the construction of the collective LGBT ethos in the text of activists from two LGBT entities in Aracaju city, Sergipe state. Methodologically, it is a qualitative research and takes the descriptive-interpretative approach, opting for the open interview as a technique for collecting the corpus. The results point to the LGBT ethos split between LGBTphobia and everyday resistance in socio-political context of struggles for the construction of a collective identity, through the intertwining of different textual-discursive aspects.

**Keywords:** LGBT Movement. Discursive Ethos. Reference.

## Introdução

O interesse dos estudos linguísticos pela relação entre linguagem e contexto promove reflexões importantes sobre como fazer pesquisa de caráter crítico-analítico nas efervescentes discussões de problemas sociais contemporâneos. Diante da multiplicidade de discursos e de práticas político-identitárias produzidas no seio das lutas de grupos vulneráveis, chama-nos a atenção a defesa da diversidade sexual e de gênero, a luta pelos direitos humanos LGBT<sup>1</sup> e o combate à LGBTfobia. Na produção acadêmica disponível, são raras as pesquisas que utilizem as teorias da referência e da argumentação retórica na análise de textos produzidos por ativistas LGBT. No estado de Sergipe, encontramos apenas três trabalhos de pós-graduação acerca dos movimentos LGBT sergipano e digital, compreendendo as áreas da Sociologia (MELO, 2013), da Comunicação (CRUZ, 2014) e da Educação (MENEZES, 2018).

No contexto da Universidade Federal de Sergipe (UFS), o estudo de Cunha e Mariano (2017) analisa a construção das imagens discursivas de pessoas homossexuais e transgêneros em duas narrativas cordelistas, sob a ótica da retórica aristotélica e da neoretórica perelmaniana. Já no artigo de 2019, as autoras analisam a representatividade de pessoas LGBTQ num comercial da mídia televisiva, por meio do arcabouço teórico-metodológico da semiótica greimasiana e da Nova Retórica, mobilizando categorias analíticas como tematização, figurativização e figuras argumentativas. Tais trabalhos versam não apenas sobre a produção de textos persuasivos, mas também sobre a construção do *ethos* da pessoa LGBT mediante o discurso de outrem. Todavia, a produção atual nessa seara de estudos possui uma lacuna: a análise do *ethos* do/a ativista LGBT.

Dessa visada, adotamos aqui a perspectiva sociocognitivo-discursiva e interacional de linguagem. Como objetos teóricos, selecionamos duas categorias de análise - a referência e a argumentação - e, como objeto empírico (*corpus*), o discurso do/a ativista LGBT. Assim, centrado no escopo da Linguística Textual (LT) e da Argumentação Retórica, este artigo busca investigar os processos referenciais e as estratégias argumentativo-retóricas que indiciam a construção do *ethos* coletivo LGBT no texto de ativistas de duas entidades LGBT da cidade de Aracaju/SE.

## Movimento LGBT: Breve Contexto Político-Identitário

No documentário *A revolta de Stonewall*, encontramos relatos de pessoas LGBT que participaram do enfrentamento à hostilização policial no bar *Stonewall Inn*, situado na região de Manhattan, em Nova Iorque/EUA, na madrugada de 28 de junho de 1969. Pessoas LGBT frequentavam aquele local e eram atacados e levados à prisão sob a suspeita de ligações criminosas com a máfia da região, bem como a acusação de venda ilegal de bebidas alcoólicas (MELO, 2016). Porém, a única explicação mais plausível era a de que os ataques e as prisões eram motivados pelos ideais de uma nação “pura”, livre de imoralidade sexual e práticas abomináveis, as quais eram imputadas às pessoas LGBT. Só a partir de tal momento histórico é que a posição social desses sujeitos nos EUA começou a mudar: de “bichas fracas” para “bichas empoderadas” (MELO, 2013).

No Brasil, a produção científica disponível considera, na maioria das vezes, a Revolta de *Stonewall* como o primeiro passo para a instituição do movimento social LGBT em termos técnicos (QUINALHA, 2018). A Teoria dos Novos Movimentos Sociais, afirma Melo (2013), deixando de lado as demandas político-econômicas, aponta para o desaparecimento do proletariado em função do surgimento de agentes sociais preocupados em mudar visões de mundo, divulgar e defender identidades particulares e alcançar direitos iguais aos previamente privilegiados. Tais agentes são, por exemplo, mulheres, negros, homossexuais e lésbicas. Enfatizam-se “a cultura, a ideologia, as lutas sociais cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado” (GOHN, 1997, p. 121 *apud* MELO, 2013, p. 47). Preocupados em modificar a realidade observada, tais movimentos sociais se caracterizam por tentar resolver problemas sociais por meio de ações diretas sobre a sociedade civil via persuasão (ALONSO, 2009 *apud* MELO, 2013).

---

1 Referência genérica para designar lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Melo (2016) diz que as primeiras organizações homófilas (*Lavender Scare, Mattachine Society, Daughters of Bilitis* etc.), ainda um pouco tímidas, surgiram aliadas aos movimentos negro e feminista. Todos tinham o interesse de assumir suas verdadeiras identidades para o enfrentamento da opressão e dos preconceitos. Assim fora possível levar a cabo a Revolta de *Stonewall*, pois tais organizações já existiam ao lado do clima de politização crescente de libertação sexual, da geração Beat dos anos 1950 e da contracultura *hippie* dos anos 1960. Era o momento de “assumir-se”, de “sair do armário” (*outing*), expressar seus próprios desejos e suas verdadeiras maneiras de ser e sentir a vida.

Nesse cenário de construção de políticas LGBT organizadas, há outros estudiosos que apontam, porém, uma outra gênese. É o caso de Trindade (2018), cujo estudo propõe investigar a invenção do movimento LGBT brasileiro por meio de seus intercâmbios e ressignificações e para o qual essa narrativa hegemônica que se constitui em torno do movimento estadunidense põe em xeque a dicotomia centro-periferia, o que denuncia e continua a submeter, de forma velada, a população LGBT aos discursos hegemônicos que lhe oprimem cotidianamente. Sendo assim, o autor menciona que, na América Latina, países como Argentina, México, Colômbia e Porto Rico já combatiam o patriarcado, a violência contra as mulheres e a opressão às sexualidades dissidentes, a partir de novembro de 1969, isto é, um pouco depois da Revolta de *Stonewall*.

Conta-nos Trindade (2018) que, no ano de 1969, foi criado o primeiro grupo de ativismo LGBT, o *Nuestro Mundo*, na cidade de Buenos Aires, na Argentina, por 14 sindicalistas homossexuais ligados à esquerda. Já em 1971, o grupo ganhou uma nova denominação, *Frente de Liberación Homosexual Argentina* (FLHA), passando a assumir pautas principais de luta como o combate à discriminação dos homossexuais e a conquista de direitos humanos. Assim como foi com os primeiros grupos organizados nos EUA, os da Argentina também se encontravam associados ao movimento feminista, posto que acreditavam estar comprometidos com uma luta muito maior, isto é, os motivos e as pautas de lutas mesclavam tanto a defesa de suas identidades e direitos quanto a necessidade de estabilização econômica.

Se, no apogeu do movimento LGBT em Nova Iorque e na Argentina, a repressão contra identidades sexuais e de gênero dissidentes (QUINALHA, 2018) se deu por parte da polícia, aqui, no Brasil, tal fenômeno ocorreu de forma similar: uma ideologia moral e conservadora, apoiada em ideais cristãos, estava na base na conduta policial em confronto aos cidadãos que não se alinhavam ao discurso cisheteronormativo. Como demonstra Quinalha (2018), a ditadura brasileira, que se estendeu entre os anos 1964 e 1988, guiada pela tarefa de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil, pregava um discurso regulador das identidades, das sexualidades, da vida privada, dos afetos e dos desejos, e combatia tudo aquilo que designasse corrupção, “perversão”, fuga da homogeneidade e dos valores éticos e morais. Era constituída por um governo inimigo das classes populares da periferia (nas quais se incluíam LGBTs), as quais podiam resumir todo o retrato degenerativo da sociedade brasileira e que, por essa razão, precisaria ser “expurgado” da nação.

Pereira (2016), com base em Facchini (2005), diz que a primeira “onda” do movimento LGBT brasileiro ocorreu durante o período ditatorial (1964-1988), quando se iniciou uma reorganização da sociedade civil e o regime civil-militar resolveu conter o aparato global de repressão, este constituído por uma rede de instituições e organizações que atuaram, sob poder do Estado, em ações conjuntas rumo à restauração social, econômica, política, moral e sexual (QUINALHA, 2018; MACRAE, 2018). Dessa maneira, chegamos a compreender que, nesse cenário propício de contestação cultural do sistema, houve uma “abertura democrática” para o redimensionamento e a continuidade de lutas sociais, como afirma MacRae (2018).

De acordo com Trevisan (2018), a ligação dos militantes homossexuais brasileiros com Nestor Perlongher, ativista argentino, influenciava significativamente o movimento que aqui nascia, de tal sorte que, no ano de 1978, foi criado o *Somos – Grupo de Afirmación Homossexual*, na cidade de São Paulo. Sim, as semelhanças existentes entre esse e o grupo argentino não eram à toa. Primeiramente, a similaridade entre eles estava no nome do grupo: “Somos” fora a primeira revista exclusiva para o público homossexual na América Latina, no ano de 1973 (TRINDADE, 2018). Em segundo lugar, diz-nos MacRae (2018), o *Somos* também fundara o primeiro jornal homossexual do Brasil, o *Lampião da Esquina*, contando também com a co-

laboração de Nestor Perlongher. Dessa maneira, além de homossexuais, o grupo *Somos* incluía também a atuação de mulheres lésbicas.

A existência do *Somos* significava uma reação absolutamente contrária aos ideais conservadores ainda presentes em outros movimentos sociais de ideologia de esquerda, contestando valores hegemônicos e antidemocráticos. Pregava-se a dissolução de hierarquias no grupo, a valorização exacerbada das experiências individuais como formas de politização e de defesa de uma identidade coletiva homossexual e lésbica, dentre outros quesitos (MACRAE, 2018). Com base nesses valores, as formas de ação do grupo levavam em conta a destruição de estereótipos cristalizados quer fora, quer dentro da comunidade LGBT da época. Apesar de forjar alianças com outras “minorias”, tais como negros, feministas, índios e representantes do movimento ecológico, o *Somos* atuava em função de pautas específicas em prol da comunidade à qual pertencia.

No jornal *Lampião*, por exemplo, o *Somos* divulgava novas visões acerca da representação estereotipada do “bofe” (homem homossexual masculinizado) e da “bicha” (homem homossexual efeminado), bem como sobre a separação “ativo/passivo”, “dominador(a)/dominado(a)”. Atacavam o estereótipo do homossexual obrigatoriamente efeminado e o da lésbica necessariamente masculinizada (MACRAE, 2018). Na visão do grupo, essas categorizações antigas (“bicha”, “passivo”) fundavam-se em preconceitos e em relações de dominação socialmente naturalizadas, a exemplo do machismo, característica essa marcante numa sociedade patriarcal. Assim, procuravam combater tais limitações geradoras de exclusões.

As concepções desse grupo giravam em torno de outras nomeações, a saber: homem gay ou homossexual (em vez de “bicha”) e mulher lésbica (em vez de “sapatona/sapatão”). Todavia, conta-nos Macrae (2018) que, nas áreas do gueto, o qual não necessariamente era composto por ativistas, outras categorizações circulavam, como “entendido” e “entendida”, a título de ilustração. Essas não remetiam apenas a homossexuais e lésbicas, mas também àqueles sujeitos que procurassem vivenciar relações igualitárias na comunidade LGBT. É importante ressaltarmos que, na atualidade, os termos “bicha” e “sapatão” estão ressignificados dentro de alguns segmentos da população LGBT, ou seja, deles são destituídos os sentidos negativos e pejorativos que se lhes impunham inicialmente. Melo (2013) faz um comentário importante sobre isso:

[...] na esfera da “política sexual”, as dinâmicas que envolvem a **criação ou a ressignificação dos sentidos** atribuídos às **antigas categorias identitárias**, têm vínculo direto com as “lutas” estabelecidas. Estas funcionam como importantes elementos na **“categorização” sexual** engendrada pelo movimento político LGBT e, por consequência, definidor de agendas políticas. [...] as identificações engendradas em outros campos são retrabalhadas [reategorizadas], reapropriadas pelos agentes em benefício da luta (MELO, 2013, p. 22-23, grifos nossos).

O *Somos* realizou ações relevantes em prol da cidadania e do reconhecimento da população LGBT, como, por exemplo, a luta pela retirada do código 302,0 utilizado pelo Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS), “que classificava a homossexualidade como um ‘desvio e transtorno mental’ constituindo um dos únicos exemplos de discriminação formal contra a homossexualidade no Brasil” (MACRAE, 2018, p. 51). Desse modo, além da defesa da despatologização da homossexualidade havia outro problema a ser resolvido: a troca da expressão “opção sexual” por “orientação sexual” (PEREIRA, 2016). A derrocada dessas concepções só foi possível graças à ação coletiva do *Somos* com o *Grupo Gay da Bahia* (GGB) e o *Triângulo Rosa* (Rio de Janeiro), que surgiam naquele momento. A partir dali passava a ser desenhada a segunda “onda” do movimento LGBT brasileiro.

Facchini (2005) afirma que o segundo momento do movimento LGBT no Brasil se deu entre 1984 e 1992. Essa fase ficou marcada pelo enfrentamento ao vírus HIV/AIDS e à violência

contra gays, lésbicas e travestis. No rol de ações político-identitárias, o GGB contribuiu muito no sentido de combater o HIV/AIDS que assolava e levava a várias mortes a população LGBT. A mídia da época denominou tal epidemia de “peste gay”. Circulava de modo geral a ideia de que se tratava de uma doença que assolava apenas a classe LGBT quando, na verdade, também atingia pessoas cisgênero e heterossexuais. Nessa mesma época, diz Facchini (2003) que outros grupos se destacaram na luta contra a epidemia, tais como o *Outra Coisa* (SP), *Lambda* (SP), *Atobá* (RJ) e o *Dialogay* (SE).

Já a respeito da terceira “onda” do movimento no Brasil, que teve início no ano de 1992, Pereira (2016, p. 122), baseado em Facchini (2005), demonstra que houve um “aumento no número de ONGs e grupos com variados formatos do Movimento LGBT (setoriais partidários, grupos informais, grupos religiosos, núcleos universitários etc.) em todo o país”. O caráter preventivo do HIV/AIDS torna-se uma das principais pautas do movimento, e aqui verdadeiramente se inicia a troca de favores relevante e necessária entre ativistas e representantes de órgãos públicos municipais, estaduais e federais. Acrescentamos, também, anos mais tarde, a contribuição do Partido dos Trabalhadores (PT), especialmente, nos governos de Lula e Dilma, com a criação e/ou concessão de “políticas de direitos humanos e cidadania com a implantação de políticas afirmativas e participativas” (PEREIRA, 2016, p. 122).

Com base nesse panorama nacional, o movimento LGBT em Sergipe teve origem entre a primeira e a segunda “ondas” no conjunto de tantas outras mobilizações. Em *Avanços, lutas e desafios: trajetórias do movimento LGBT de Sergipe*, Menezes (2018) afirma que, antes mesmo da formação de um primeiro grupo como organização não governamental (ONG), começaram a ocorrer na cidade de Aracaju pequenas atividades, que culminaram no lançamento do jornal *O Lampião*, o qual remetia ao nome do jornal do *Somos*. A publicação do jornal e a realização de eventos com apresentações de transformismo e debates sobre a promoção dos direitos humanos LGBT eram mobilizações iniciais da época.

O *Grupo Dialogay de Sergipe* surgiu em março de 1981 e tinha como objetivos iniciais realizar atividades diversas para angariar fundos e ajudar homossexuais que viviam em zonas periféricas de Aracaju (GRUPO DIALOGAY DE SERGIPE, 1981 *apud* MELO, 2013). Diz este pesquisador que algumas principais pautas naquele período para o *Dialogay* consistiam em: i) dar visibilidade ao público gay na capital; ii) lutar pela liberdade homossexual; iii) construir uma identidade política para as pessoas LGBT no movimento. Por meio da arte, da “desmunhecação”, do escândalo e da autoafirmação pública, os/as ativistas do grupo buscavam construir na sociedade imagens respeitáveis pela via daquilo que era considerado transgressão (MACRAE, 1982 *apud* MELO, 2013). Assim, buscavam construir novos valores em torno da realidade homossexual, como, por exemplo, a noção de que se constituíam sujeitos “normais” e dignos de plena participação social.

Muitas foram as ações político-identitárias e conquistas do *Dialogay* na capital sergipana. Após a sua extinção no ano de 2003, outros grupos surgiram comprometidos com as lutas em prol da população LGBT em Aracaju, dentre eles: i) Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Sergipe (ADHONES); ii) ASTRA - Direitos Humanos e Cidadania LGBT. Juntas, essas duas entidades fortaleceram a Parada do Orgulho LGBT, cuja primeira edição foi em 28 de julho de 2001. Encabeçada todos os anos pela ASTRA, a Parada conta com seminários, palestras, oficinas temáticas e a própria festa de rua, compondo o que é chamado de Circuito do Orgulho LGBT (MENEZES, 2018). Trata-se da maior manifestação da visibilidade LGBT no estado de Sergipe.

## Referenciação, Argumentação Retórica e *Ethos* Discursivo

Neste estudo, assumimos o pressuposto de uma atividade interacional como prática social não apenas localmente emergente e situada, mas também contextualmente incorporada (HANKS, 2008). No uso da linguagem, os sujeitos sociais agem de forma sistematizada e orientada por propósitos comunicativos, conhecimentos prévios e imposições/restrições socioculturais (BENTES; REZENDE, 2017). Segundo Koch e Elias (2011), os interlocutores estabelecem objetivos comunicativos e um quadro espaço-temporal, recorrendo a várias estratégias lin-

guísticas, pragmáticas, cognitivas, discursivas e interacionais para elaborar o projeto de dizer, procurando persuadir/convencer uns aos outros. Assim, “o texto emerge de um evento no qual os sujeitos são vistos como agentes sociais que levam em consideração o contexto sociocomunicativo, histórico e cultural para a construção de sentidos” (CAVALCANTE; CUSTÓDIO FILHO, 2010, p. 58).

Na esteira das reflexões sobre a natureza da linguagem, diversos estudiosos sempre se preocuparam com a busca pela explicação da relação entre linguagem e mundo. A Filosofia da Linguagem se encarregou de direcionar a questão sob dois paradigmas: essencialismo e relativismo. De acordo com Martins (2011, p. 469), no paradigma essencialista, as línguas humanas são instrumentos prontos para “falar objetivamente sobre as coisas, como *sistemas de descrição* ou *representação* de uma ordem externa universal”. Já no paradigma relativista, a linguagem opera como “práxis circunstanciada pela cultura, pela história, pelas idiossincrasias de cada ocasião do contato verbal”, desempenhando, assim, “um papel não meramente descritivo, mas antes *constitutivo* nos assuntos humanos” (MARTINS, 2011, p. 469).

O segundo paradigma compreende a língua como algo estável e/ou instável e que o modo como o sujeito atua sobre a realidade não deixa de ser um ato que a sua percepção cognitiva e cultural permite realizar (BLIKSTEIN, 1983). Tal noção está presente na teoria da referenciação, na qual os objetos ou entidades do mundo não são discretamente apreensíveis pela nossa capacidade perceptual e motora, mas, sim, representados em nossa mente de modo instável, visto que são continuamente manipuláveis a depender dos diferentes pontos de vista e/ou contextos levados a cabo na interação social. Desse modo, qualquer ato de linguagem, efetuado por sujeitos sociais, interativamente, requer a assunção não de objetos de mundo, mas de *objetos de discurso* (MONDADA; DUBOIS, 2003). A referenciação opera, sobretudo, com a instabilidade, a inserção dos sujeitos sociais no trabalho com a língua e a não correspondência entre as palavras e as coisas.

Dessa visada, não há uma ligação direta entre língua e realidade social, pois, como defendem Bentes e Rezende (2008, p. 35), “o contexto não é dado ‘a priori’, mas construído segundo as negociações efetuadas pelos sujeitos durante sua própria atividade comunicativa”. As práticas sociais realizadas por sujeitos sócio-históricos possibilitam uma estabilização/desestabilização constante da realidade observada graças às suas necessidades comunicativas e humanas e às possibilidades discursivas situadas no contexto no qual eles estão inseridos. Nesse sentido, os objetos de discurso (referentes) sofrem modificações tanto por variações contextuais quanto pelas constantes reavaliações negociadas pelos sujeitos nas práticas textuais e sociais.

Cavalcante (2012), adepta do postulado de Mondada e Dubois (2003) e de Koch (2009), apresenta três características básicas da referenciação: i) elaboração da realidade; ii) negociação entre interlocutores; iii) trabalho sociocognitivo. Assim, a autora elabora uma definição geral para o fenômeno:

O processo de referenciação pode ser entendido como o conjunto de operações dinâmicas, **sociocognitivamente motivadas**, efetuadas pelos sujeitos à medida que o discurso se desenvolve, com o intuito de **elaborar as experiências vividas e percebidas**, a partir **da construção compartilhada** dos objetos de discurso que garantirão a construção de sentido(s) (CAVALCANTE, 2012, p. 113, grifos da autora).

A autora, mais adiante, aponta a existência de três grandes processos referenciais: introdução (responsável pela apresentação de referentes novos no texto), anáfora (responsável pela continuidade referencial do texto) e dêixis (responsável por demarcar as coordenadas pessoais, locais, espaciais, temporais, sociais, discursivas etc. dos referentes no texto). Koch (2009), por seu turno, fala da existência de dois processos como a introdução referencial (não ancorada/pura e ancorada/anáfora indireta) e a reconstrução/manutenção referencial (o que corresponde à progressão referencial e às recategorizações/transformações dos referentes).

No estudo de Santana (2015, p. 11), por exemplo, defende-se que, num contexto situacional, sociocultural e partilhado, o sujeito contribui para reelaborar, recategorizar a realidade “à medida que são escolhidos referentes e estratégias para convencer/persuadir seus pares por intermédio de um projeto intencional”. Isso revela que a atividade de referenciação está atrelada significativamente aos embates argumentativos das práticas sociais. Assim sendo, Moraes (2016) compreende uma inter-relação fundamental entre processos referenciais e o projeto de dizer persuasivo do sujeito, visto que, com base em várias porções cotextuais, as anáforas encapsuladoras permitem resumir estágios de argumentos para a construção de sentidos do texto.

Hoje, muito do que se faz nos estudos em referenciação é em articulação com abordagens da argumentação. No escopo da Nova Retórica, Grácio e Mosca (2016) afirmam que os usos da linguagem estão associados a uma racionalidade argumentativa não enquanto uma lógica da verdade, mas como lógica do preferível. As opiniões ou pontos de vista enunciados tratam-se de “verdades discursivas”, isto é, construções realizadas pelo orador/enunciador em uma determinada situação de interação. Visto que a referenciação se trata de uma negociação, de uma elaboração da realidade por meio da linguagem, percebemos que a construção argumentativa também opera com os mesmos princípios, pois, de acordo com esses autores, o conflito, a discussão e o debate estão em jogo na arte da “convivialidade” dentro da sociedade.

O *Tratado da argumentação* de Perelman e Tyteca (1996) expõe as bases da argumentação retórica e uma variedade de técnicas argumentativas (lugares, figuras, argumentos etc.). Interessa-lhes buscar uma solução para problemas que dividem o mundo. Na obra, a tese geral defendida é a de que questões formais e rigorosas não podem resolver questões polêmicas urdidas num espaço onde as soluções apontam para vários lados, porque os sujeitos são distintos e múltiplos em seus posicionamentos, anseios, crenças e valores. Funcionam de modo específico os usos linguísticos de que se servem os sujeitos sociais diante de um problema em emergência. Nos embates argumentativos, há espaço para o uso da razão e da emoção, aspectos diretamente relacionados à persuasão e ao convencimento.

No desenrolar da interação, o orador/enunciador precisa ter consciência, ainda que limitada e relativa, das condições postas no contexto e vinculadas ao estado de crenças e valores do seu auditório. Defende Amossy (2018, p. 54) que “a necessidade de se adaptar ao auditório [...] ou a importância concedida às opiniões do outro é uma condição *sine qua non* de eficácia discursiva”. O orador deve agir levando em consideração as discordâncias relativas a conceitos, diferenças ideológicas, crenças antagônicas ou não, a depender da natureza do auditório ao qual direciona sua argumentação (FERREIRA, 2010). Sendo assim, é importante lembrar que, em se tratando de uma atividade argumentativa, em que há plena coparticipação do orador e do auditório, isso quer dizer que um pode influenciar muito mais o outro tendo em vista o poder de respostas mútuas e as imagens discursivas construídas durante ou após o discurso retórico.

O orador pode começar pelo acordo retórico, o qual, segundo Perelman e Tyteca (1996, p. 73), compreende “tanto o desenvolvimento quanto o ponto de partida da argumentação”. Com efeito, aquele que se coloca numa situação de interação argumentativa e/ou se utiliza da linguagem para persuadir seu auditório/enunciatário, precisa conhecer as condições contextuais nas quais o seu discurso se concretizará. Os dois objetos de acordo que podem servir de premissas para o discurso retórico são o real (abarcando fatos, verdades, presunções) e o preferível (alocando valores, hierarquias e lugares). Essas premissas são as teses gerais que fundamentam o início e o desenrolar da argumentação, abarcando tanto a construção de imagens discursivas (*ethé*) quanto os elementos do acordo escolhidos pelo orador e/ou interlocutores.

Na construção da argumentação, o orador constrói uma imagem de si, ou seja, cria-se um *ethos*, “um domínio”, “um nível”, “uma estrutura” (MEYER, 2007). Amossy (2018) aponta uma distinção relevante entre *ethos* prévio e *ethos* discursivo. Em primeiro lugar, o *ethos* prévio é compreendido como a imagem que o auditório constrói do orador antes de utilizar a linguagem, bem como o papel que ele exerce no espaço social e/ou a representação/estereótipo coletivo disponível sobre si mesmo em algum contexto. Tomando por base estudos de Adam (1999a, 1999b), afirma a autora que, num estudo sobre o *ethos* prévio, faz-se importante exa-

minar, por exemplo, “o *status* institucional do locutor, as funções ou a posição no campo que conferem uma legitimação ao seu dizer” (AMOSSY, 2018, p. 90). A construção desse *ethos* se faz no nível pré-discursivo.

Em contrapartida, o *ethos* discursivo compreende “a imagem que o locutor projeta de si mesmo em seu discurso, tal como ela se inscreve na enunciação, mais do que no enunciado, e a maneira como ele reelabora os dados pré-discursivos” (AMOSSY, 2018, p. 91). Portanto, a construção do *ethos* discursivo diz respeito ao plano discursivo de uso da linguagem. Assim, segundo a autora, no discurso retórico, o orador pode se basear nessa representação prévia que circula socialmente sobre sua pessoa com vistas a repeti-la ou transformá-la. Dessa forma, a interação entre o contexto situado e o contexto sócio-histórico torna-se relevante na análise da construção do *ethos* discursivo, uma vez que permite ao pesquisador observar se a imagem prévia se confirma ou não no ato enunciativo.

### “Ser LGBT”: Aspectos Diversos na Construção do *Ethos*

A metodologia aqui empregada compreende, primeiramente, a pesquisa de orientação qualitativa e a abordagem descritivo-interpretativista para análise do *corpus*. Em segundo lugar, em face das abordagens teóricas sobre referenciação, argumentação retórica, movimentos sociais e movimento LGBT, compreende, como *locus* da coleta de dados, duas das várias entidades LGBT da cidade de Aracaju/SE: i) Associação de Defesa dos Direitos Humanos de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Sergipe (ADHONES); ii) ASTRA - Direitos Humanos e Cidadania LGBT.

Para a coleta de dados, utilizamos como instrumentos o roteiro de entrevista e o gravador de voz. O roteiro serviu tanto para gerar as informações principais para as análises quanto para o pesquisador orientar o processo de interação com os sujeitos da pesquisa (ativistas da ADHONES e ASTRA) nas entrevistas<sup>2</sup> abertas. Estas, por sua vez, compreenderam pautas político-identitárias recorrentes no movimento LGBT aracajuano: a) identidade LGBT; b) combate à LGBTfobia; c) luta pela visibilidade trans; d) luta pela conscientização da diversidade sexual e de gênero. Entretanto, neste artigo, faremos análise apenas da pauta “a”, concernente ao primeiro mote temático: “Ser LGBT em Aracaju”.

Com base nas reflexões teóricas das 2ª e 3ª seções, pressupomos que os/as ativistas constroem um *ethos* discursivo coletivo da pessoa LGBT, deixando marcas argumentativas no cotexto (superfície textual), segundo suas visões de mundo, valores, crenças, conhecimentos e argumentos. Creemos que os vários indícios textuais auxiliam o analista a desvelar o caráter do orador construído no discurso, ou seja, o seu *ethos*. Nesse sentido, os processos referenciais podem servir para introduzir e retomar objetos de discurso, lugares, figuras e argumentos, bem como para localizar enunciadores, posicionamentos e realizar juízos de valor no tocante à construção dessa imagem discursiva, fazendo o texto progredir e erigir uma proposta de sentido contrária à LGBTfobia e ao discurso cisheteronormativo. Além disso, o postulado da (re) construção da realidade pode nos fazer compreender que o/a ativista realiza uma ancoragem dos referentes às suas práticas político-identitárias, (re)legitimando posições sociais cotidianas (BENTES; FERREIRA-SILVA; ACCETTURI, 2017).

Vale mencionar que os informantes da pesquisa estão identificados como INF01, INF02 e INF03. Assim sendo, passemos às análises de três fragmentos das entrevistas.

(1)

INF01 – Bom [...] *Ser LGBT, ser lésbica, ser gay, ser bissexual, ser transexual, intersexual*, na atualidade, a meu ver, é, antes de mais nada, você conhecer como pessoa, né, estar dentro do movimento, não só social, mas saber de onde você vem, a sua sexualidade, a importância

2 Aos entrevistados foi assegurado o anonimato mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme o disposto na Resolução CNS 466/12 e aprovação prévia do Comitê de Ética em Pesquisa. E, com relação à transcrição das entrevistas, utilizamos como critérios a escrita ortográfica, troca de turnos de fala e atribuição de pausas (vírgulas e reticências), segundo a Análise da Conversação prescrita por Marcuschi (2007).



que você tem [...] seja ativista [...] Independente da sexualidade. Mas é você ser [...] *ser político*, trazendo a sexualidade como [...] Porque é *uma resistência diária*, né? *Ser gay, ser trans, ser bissexual, ser travesti é uma resistência diária, cotidiana*, porque você enfrenta *preconceito, a discriminação, a intolerância, a ignorância, o ódio* [...] Então *ser gay*, em Sergipe, e creio que, no Brasil e no mundo, é você *resistir diariamente*, né, e você saber *a origem de onde você vem, se conhecer como pessoa, como pessoa humana*, que é *digna de acesso à saúde de qualidade, acesso à educação, à segurança, ao trabalho*, porque é muito difícil *pro gay*, é, principalmente [...] Eu admiro muito *as trans* por conta que é uma [...] *o corpo é político*, esse enfrentamento pra sociedade [...].

Em (1), o ativista INF01 discorre sobre o que é “ser LGBT em Aracaju”, apresentando dois pontos de vista contrários, ou melhor, duas práticas sociais opostas: resistir diariamente e discriminar. Várias expressões referenciais anafóricas orquestram o primeiro ponto de vista: “*ser político*”, “*uma resistência diária*”, “*uma resistência diária, cotidiana*”, “*a origem de onde você vem*”, “*conhecer-se como pessoa humana*” e “*digna de acesso à saúde de qualidade, à educação, à segurança, ao trabalho*”. Por outro lado, a prática social de discriminação contra pessoas LGBT é apresentada por INF01 a partir do uso destas expressões: “*preconceito*”, “*a discriminação*”, “*a intolerância*”, “*a ignorância*” e “*o ódio*”. Vemos que as duas práticas sociais elencadas são introduzidas por oposições semânticas, pois os pontos de vista de INF01 situam o duelo social entre a luta pela existência/sobrevivência e a luta pelo extermínio das dissidências sexuais e de gênero por parte de pessoas LGBTfóbicas. Desse modo, o ativista realiza comentários avaliativos positivos em relação à primeira prática, assim como imputa um posicionamento negativo à segunda.

No que tange à prática social da discriminação, INF01 apresenta expressões referenciais que podem ser encapsuladas por um objeto de discurso disponível no contexto sócio-histórico: a LGBTfobia. Explica o *Manual de comunicação LGBTI+ (2018)* que a LGBTfobia é um problema social e político dos mais graves, de tal modo que abarca tanto o ódio, a aversão, o medo irracional, quanto fenômenos sociais atrelados ao preconceito, à intolerância e à discriminação, transcendendo a hostilidade e a violência contra pessoas LGBT em sentido situado. Como vemos, o ativista expõe e avalia os sentidos reconhecidos da LGBTfobia pelo movimento LGBT, pois, em contrapartida, a pessoa “*lésbica*”, “*gay*”, “*bissexual*”, “*transexual*” ou “*intersexual*” enfrenta “*uma resistência diária*”, o que o/a situa no lugar derivado do valor da pessoa (PERELMAN; TYTECA, 1996), tendo em vista a sua dignidade e os seus direitos enquanto cidadãos/cidadãs (“*digna de acesso à saúde de qualidade, à educação, à segurança, ao trabalho*”).

Cabe-nos ainda observar que, em (1), INF01 se utiliza de algumas figuras de presença e de escolha (FERREIRA, 2010) ao mesmo tempo em que articula determinadas expressões referenciais anafóricas em torno do lexema “resistir”. A inter-relação entre esses aspectos aponta para a construção da cadeia referencial anafórica em três momentos sequenciais no fragmento: (i) “*Ser LGBT*”, “*serlésbica*”, “*ser gay*”, “*ser bissexual*”, “*ser transexual*”, “*intersexual*”; (ii) “*Ser gay*”, “*ser trans*”, “*ser bissexual*”, “*ser travesti*”; (iii) “*o gay*”, “*as trans*”. Quer dizer, o ativista parece selecionar, à medida que o seu texto avança, aquelas categorias identitárias mais próximas da sua realidade e de seu cotidiano de lutas. Esse movimento textual/discursivo procura reforçar um valor caro ao movimento LGBT: o direito à igualdade social pela existência de uma identidade particular. Outros valores também são importantes: vida, cidadania, respeito etc. A partir das escolhas lexicais, o ativista estabelece relações de sentido na progressão textual que contribuem para reforçar o discurso da diversidade sexual e de gênero.

Posto isto, ao final desse fragmento, observamos que apenas duas expressões referenciais anafóricas diretas permanecem ativadas: “*o gay*” e “*as trans*”. Indo ainda um pouco além, INF01 focaliza o sentido da resistência diária nas pessoas trans (“*Eu admiro muito as trans*”), reforçando-o a partir de uma afirmação: “*o corpo é político*”. Paralelamente a INF01, outro ativista, a nosso ver, direciona o primeiro mote temático para duas questões entrelaçadas: identidade LGBT e LGBTfobia:

(2)

INF03 – [...] *O preconceito* está no mundo todo, né? Não só em Aracaju, no Brasil, que lidera o *ranking de LGBTfobia* [...] Porém, a gente tem que separar por *sigla*, né, tipo: *lésbicas* são vistas de uma forma pela sociedade, têm homens que adoram sexo lésbico, mas não aceitam a lesbianidade das mulheres. *Pessoas trans* já sofrem em todos os âmbitos, seja no mercado de trabalho quando não conseguem adentrar, na família quando inicia o seu processo de transição, na escola quando são desrespeitadas a ponto de abandonar a mesma, no serviço de saúde quando não têm nem o seu nome social respeitado, então, assim, *isso* varia muito de *LGBT* pra *LGBT*, né, vai variar muito. E assim, o *homossexual* tem uma facilidade muito maior de conseguir adentrar no mercado de trabalho, de permanecer na escola, muitas vezes tem problema com a família muito rígida que não aceita, mas consegue ter, assim como *lésbicas*, uma maior forma de sobreviver, né? É tanto que *homossexuais* e *lésbicas* não estão dentro de *uma faixa etária de vida de trinta e cinco anos*. Então, assim, aqui em Aracaju, segundo o dossiê da Rede Trans, ficou em primeiro lugar no Nordeste por *proporção e população de assassinatos a LGBTs*. Então foram *cinco assassinatos no ano de 2017*. Pra *quantidade de população de Sergipe*, foi um dado alarmante, preocupante, né? Por mais que as pessoas digam: “Ah, mas foi só cinco”. Mas são *cinco pessoas trans* que têm todo um *histórico já de negação de vida, de seus direitos*, desde lá do início, então, assim, aqui em Aracaju a gente tem essa preocupação com a *falta de políticas públicas*. [...] Mas *ser LGBT em Aracaju é continuar lutando* da mesma forma que em outros lugares, continuar fazendo valer a sua voz, e não deixar, não baixar a cabeça pra que as pessoas nos digam o que vamos ser e o que temos que fazer.

Nesse fragmento (2), observamos que INF03, antes mesmo de discorrer sobre a sua definição do que é “ser LGBT em Aracaju”, inicia o texto com a introdução referencial “o preconceito” e uma anáfora indireta dessa expressão (“o ranking de LGBTfobia”), o que já nos leva a considerar que haja uma associação pertinente entre ser LGBT e a LGBTfobia, segundo seu posicionamento. INF03 parte de uma perspectiva ampla para uma perspectiva específica quando, a partir do referente “sigla”, encadeia expressões anafóricas indiretas como “lésbicas”, “pessoas trans” e “o homossexual”. Elas remetem à sigla LGBT introduzida na entrevista pelo pesquisador.

Assim, o ativista focaliza três segmentos da população que vivenciam os flagelos da LGBTfobia no cotidiano (lésbicas, pessoas trans e homossexuais), expondo fatos por meio de predicções referenciais: (i) “[...] têm homens que adoram sexo lésbico, mas não aceitam a lesbianidade das mulheres”; (ii) “Pessoas trans já sofrem em todos os âmbitos, seja no mercado de trabalho [...], na família quando inicia o seu processo de transição, na escola quando são desrespeitadas [...], no serviço de saúde quando não têm nem o seu nome social respeitado”; (iii) “[...] o homossexual tem uma facilidade muito maior de conseguir adentrar no mercado de trabalho, de permanecer na escola, muitas vezes tem problema com a família muito rígida [...]”. Procurando explicitar fatos sociais cotidianos em torno da LGBTfobia, em (i), INF03 assinala a fetichização masculina da lesbianidade (“homens que adoram sexo lésbico”), ao passo que em (ii) e (iii) direciona os fatos para a negação de direitos civis às pessoas trans e homossexuais, a partir destas expressões: “todos os âmbitos”, “(n)o mercado de trabalho”, “(n)a família”, “(n) a escola” e “(n)o serviço de saúde”. Essas expressões, em específico, constituem argumentos pelo exemplo (PERELMAN; TYTECA, 1996).

A diferenciação das lésbicas em relação às pessoas trans e homossexuais, segundo o texto do ativista, parece indicar práticas sociais de discriminação e violência distintas contra esses três segmentos da população LGBT. Por essa razão é que o ativista utiliza a anáfora encapsuladora retrospectiva “isso”, a qual tanto pode abarcar os fatos agrupados por nós em (i), (ii) e (iii), como pode constituir um dêitico espacial que aponta para as expressões “o preconceito” e “o ranking da LGBTfobia”, anteriormente introduzidas. Todavia, observamos que INF03 reserva para o objeto de discurso “pessoas trans” um conjunto de expressões muito maior em relação aos outros dois referentes. Essa estratégia argumentativa vai direcionar a continuidade referencial em seu texto, assim como ocorre no fragmento (1).

Nesse contexto, julgamos que são fatos de observação (PERELMAN; TYTECA, 1996), os

quais, INF03 explicita, de modo a qualificar negativamente as ações de pessoas LGBTfóbicas, partindo da premissa do auditório universal que, por sua natureza, não poderia jamais questionar esses fatos. Dessa maneira, INF03 começa a edificar uma imagem negativa da sociedade e, em contrapartida, construir um *ethos* positivo da pessoa LGBT pelo sentido da vulnerabilidade, tendo em vista as suas dificuldades de acesso e permanência em diferentes setores da sociedade civil: família, educação, saúde e mercado de trabalho.

Subsequentemente, INF03 introduz a anáfora indireta “*uma faixa etária de vida de trinta e cinco anos*”, a qual se ancora em “*pessoas trans*”, pois, com base em nosso conhecimento compartilhado e na focalização desempenhada pelo ativista, em (2), tal expectativa de vida pertence exclusivamente a esse segmento da população LGBT. É nesse enfoque discursivo concernente à população trans que outras expressões referenciais anafóricas indiretas são apresentadas por INF03, tais como: “*a Rede Trans*”, “*o Nordeste*”, “*proporção e população de assassinatos a LGBTs*”, “*cinco assassinatos no ano de 2017*”, “*a quantidade de população de Sergipe*”, “*um dado alarmante, preocupante*”, “*cinco pessoas trans*”, “*um histórico de negação de vida*” e “[um histórico de negação] *de seus direitos*”.

Além de estarem ancoradas ao objeto de discurso “*pessoas trans*”, essas anáforas indiretas operam uma referenciação difusa, posto que algumas delas também se ancoram nas duas expressões inicialmente introduzidas (“*o preconceito*”; “*o ranking de LGBTfobia*”). Tais expressões, partindo de fatos/dados comprovados, apontam para o acordo retórico estabelecido entre auditório imediato (pesquisador) e auditório universal (sociedade aracajuana). É relevante, também, afirmar que a expressão “*cinco assassinatos no ano de 2017*” é recategorizada por “*um dado alarmante, preocupante*”, o que denota uma orientação argumentativa muito explícita desse ativista engajado na luta contra a violência LGBTfóbica.

Após efetuar um movimento argumentativo complexo entre ser LGBT e LGBTfobia, INF03 procura resumir sua fala numa definição em três trechos: (a) “*continuar lutando da mesma forma que em outros lugares*”; (b) “*continuar fazendo valer a sua voz*”; (c) “*não baixar a cabeça*”. Nesses excertos, o uso de verbos de ação no infinitivo e no gerúndio (*continuar, valer, [não] baixar, lutando, fazendo*) nos faz compreender que a tarefa necessária de ativistas LGBT e de seu público alvo consiste em algo constante, interminável e incansável. Além disso, o uso de dêiticos pessoais como “*a gente*” e “*nos*” remetem a uma coletividade, uma unidade, dentro da população LGBT não apenas na cidade de Aracaju, mas também em outros espaços, municípios e estados, conforme expresso no item (a). Por esse prisma, INF03 indicia basicamente um *ethos areté* (FIORIN, 2018), virtuoso, isto é, dotado de coragem necessária ao enfrentamento da LGBTfobia. A temática trans, foco presente em (1) e (2), também é mobilizada por uma ativista travesti a seguir:

(3)

INF02 – Eu acredito que ser LGBT aqui no nosso estado e no nosso município é *uma realidade bem próxima dos demais estados e municípios*, assim, porque a gente vê que a gente não tem tantas pautas que avancem assim, com relação [...]. Apesar de a gente em Aracaju ter quatro leis que asseguram a população LGBT, a gente vê que com relação à visão da sociedade sobre essa população, ainda tem *muita coisa assim obscura*, de que *ser gay, ser LGBT é vadiagem*, que *toda travesti está no mercado da prostituição*, a questão do *preconceito* a gente vê assim que é uma pauta que não consegue ser sanada e avançada com relação à nossa população. Eu não vejo a nossa realidade tão distante de outros estados e municípios. Inclusive, quando eu me formei, eu fiz *um projeto de intervenção* que era “O mercado de trabalho para travestis e transexuais: um desafio da ASTRA”. E, durante esse tempo, eu pude constatar que *90% da população de travestis e transexuais* daqui, do nosso estado, continuam, estão na mesma proporção dos outros estados, que é 90% também, *no mercado da prostituição, compulsoriamente*. Então, a gente vê assim que, tendo esses dados comparados, a gente vê que a nossa realidade não é tão diferente de outras. A gente sabe que, tipo, São Paulo é uma metrópole, e aí tem grandes arcabouços assim de lugares propriamente para LGBTs, por exemplo, aqui, em Aracaju, a gente não tem hoje espaços que sejam só para LGBTs, inclusive as boates que tinham

só para LGBTs fecharam. Então a gente não tem muitos espaços de sociabilidade para LGBTs. Eu acho que é bem por aí. A nossa realidade é essa [...].

Em (3), percebemos que, semelhantemente aos fragmentos anteriores, a questão gay e a questão trans aparecem em primeiro plano, embora a segunda seja mais firmemente focalizada no curso da entrevista. Antes disso, INFO2 apresenta algumas anáforas diretas recategorizadoras mediante a introdução referencial “*ser LGBT*”, enunciada pelo pesquisador: “*uma realidade bem próxima dos demais estados e municípios*” e “*vadiagem*”. Para essa ativista, a questão da identidade LGBT ainda é mal compreendida pela sociedade, de tal modo que, no cenário nacional, o preconceito contra pessoas LGBT faz-se presente desde muito tempo. Na sequência, ela parte dessa questão geral para adentrar na pauta trans, destacando um estereótipo social, o qual é apresentado por meio de predicação, a saber: “*toda travesti está no mercado da prostituição*”. Essa imagem é tributária do senso comum sobre o “*ser travesti*”.

De acordo com Amossy (2008), a estereotipagem consiste em pensar a realidade por intermédio de uma representação cultural cristalizada. Assim, “a comunidade avalia e percebe o indivíduo segundo um modelo pré-construído da categoria por ela difundida e no interior da qual ela o classifica” (AMOSSY, 2008, p. 125-126). Nesse sentido, INFO2 visa desconstruir uma imagem prévia da pessoa travesti (categoria na qual se inclui) para edificar um *ethos* discursivo diferente, segundo dados obtidos em seu projeto de intervenção, o que revela a assunção do acordo retórico fundamentado em fatos: “*90% da população de travestis e transexuais daqui, do nosso estado, continuam, estão na mesma proporção dos outros estados, que é 90% também, no mercado da prostituição, compulsoriamente*”.

Dessa visada, ao citar um dado que corresponde a um fato inerente à categoria do real (PERELMAN; TYTECA, 1996), INFO2 procede à separação entre uma imagem prévia disponível no acervo sociocultural sobre a travesti (toda travesti é prostituta ou trabalha como prostituta porque quer) e uma visão factual acerca dela (a maioria das travestis está compulsoriamente no mercado da prostituição). É nessa medida que *ethos* e estereótipo se unem ou se desassocia, pois, embora haja uma contradição entre acreditar/ver (“*Eu não vejo*”, “*a gente vê*”) e constatar (“*eu pude constatar*”), INFO2 modifica o *ethos* prévio da travesti em seu discurso por meio de um fato estatístico, colocando tanto em evidência a falta de fundamento do estereótipo quanto construindo um *ethos* positivo de si mediante a própria posição social enquanto oradora e porta-voz do movimento LGBT. Mais informações trazidas após esse momento da entrevista explicitam uma justificativa da prostituição compulsória de várias mulheres trans: a transfobia institucional.

É interessante notarmos, também, que, ao operar a construção de um *ethos* discursivo diferente do senso comum, INFO2 reforça a contradição existente entre “*ser LGBT*” e o ato da “*vadiagem*”. Quer dizer, se uma anáfora direta recategorizadora cumpre a função textual de transformar os sentidos em torno de um referente, ela o faz, de igual modo, no plano socio-discursivo da linguagem. Vale ressaltar que, para essa ativista, o mercado da prostituição não significa um espaço de trabalho inferior ou menos digno para pessoas trans, mas ele não deveria ser a única oportunidade de acesso desse público ao mundo do trabalho. Dessa maneira, a aceitação de pessoas trans e de outras pessoas LGBT, no estado de Sergipe, segundo a ativista, assemelha-se muito à LGBTfobia praticada em outros estados e municípios brasileiros.

### Considerações Finais

Após o trajeto teórico-analítico, vemos que a associação entre os aspectos da referenciação e da argumentação retórica enriqueceu a análise do *corpus*, tendo em vista que: i) muitas vezes, a emergência de um sintagma nominal pode orientar a apresentação de figuras, lugares e argumentos, fazendo com que às vezes assumam a mesma função discursiva, por exemplo, anáfora direta e figura de presença; ii) as predicações referenciais viabilizam a apresentação, progressão e defesa dos posicionamentos e argumentos do orador. Isso respalda a eficácia dos estudos de segunda tendência em referenciação ao mesmo tempo em que confirma a nossa hipótese.

Vários processos referenciais e estratégias argumentativo-retóricas foram acionados nos fragmentos do *corpus* aqui selecionado: anáforas, dêiticos, funções do *ethos* (*areté*), figuras, lugares, argumentos, fatos (objeto do real) e valores (objeto do preferível). Expressões referenciais como “trans”, “travesti”, “mercado de trabalho”, “política”, “sexualidade”, “preconceito” e “resistência” mostraram-se recorrentes. A pauta trans ganha maior relevo nessa conjuntura, de tal modo que representa toda a população LGBT. Por esse prisma, os aspectos textual-discursivos indiciam o sujeito LGBT cindido em diferentes identidades e passível de opressões e privação de direitos humanos e civis. Porém, isso o faz sinônimo de luta diária, razão porque o *ethos* coletivo construído é o de alguém resistente e corajoso.

Mediante o recorte da pesquisa, observamos que a reconstrução da realidade, uma característica inerente à referência e à argumentação retórica, mostra-se como fenômeno central no uso da linguagem por parte do/a ativista LGBT. Por meio de textos persuasivos, o/a ativista recategoriza a realidade observada com o intuito de construir uma identidade coletiva engajada e resistente. Portanto, o seu engajamento político-identitário é sempre um contradiscurso, uma tomada de posição frente à segregação, ao preconceito e à LGBTfobia que sustentam/balizam o(s) discurso(s) de outrem.

## Referências

ALIANÇA NACIONAL LGBTI. GAY LATINO. **Manual de comunicação LGBTI+**. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI e Gay Latino, 2018.

AMOSSY, R. O *ethos* na intersecção das disciplinas: retórica, pragmática, sociologia dos campos. In: AMOSSY, R. (Org.). **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 119-144.

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. Trad. Ângela M. S. Corrêa. *et al.* São Paulo: Contexto, 2018.

BENTES, A. C.; REZENDE, R. C. Texto: conceitos, questões e fronteiras [con]textuais. In: SIGNORINI, I. (Org.). **[Re]discutir texto, gênero e discurso**. São Paulo: Parábola, 2008, p. 19-46.

BENTES, A. C.; REZENDE, R. C. Linguística textual e sociolinguística. In: SOUZA, E. R. F.; PENHA-VEL, E.; CINTRA, M. R. (Org.). **Linguística textual: interfaces e delimitações – homenagem a Ingedore Grünfeld Villaça Koch**. São Paulo: Cortez, 2017. p. 258-301.

BENTES, A. C.; FERREIRA-SILVA, B.; ACCETTURI, A. C. Texto, contexto e referência: programas televisivos brasileiros em foco. **Caderno de Estudos Linguísticos**, v. 59, n. 1, Campinas, p. 175-196, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8648474/15843>. Acesso em: 20 jun. 2020.

BLIKSTEIN, I. **Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade**. São Paulo: Cultrix, 1983.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GELNE**, PiauÍ, v.12, n.2, 2010. p. 56-71. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/26452>. Acesso em: 15 fev. 2014.

COLETIVO MOOCA LGBT E CLASSISTA: **A revolta de Stonewall**. 80min21s. Publicado pelo canal Coletivo MOOCA LGBT e Classista. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cxSBW79yxjQ>. Acesso em: 22 mar. 2019.

CRUZ, C. F. **Ativismo anti-homofobia: embates político-midiáticos da rede LGBT na internet**.

Orientadora: Sonia Aguiar Lopes. 2014. 267f. Dissertação (Mestrado em Comunicação), Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2014.

CUNHA, A. M.; MARIANO, M. R. C. P. A imagem discursiva dos LGBTs+ na literatura de cordel: um estudo argumentativo. In: SILVA, D. C. P.; MELO, I. F.; CASTRO, L. G. F. (Org.). **Dissidências sexuais e de gênero nos estudos do discurso**. Coleção Questões de Linguagem e Sociedade, v. 1, Aracaju: Criação, 2017. p. 11-29.

CUNHA, A. M.; MARIANO, M. R. C. P. O discurso de empoderamento de LGBTQ na mídia: estudo semiótico e argumentativo de um comercial da Natura. **Boletim Historiar**, v. 5, n. 1, jan./mar. 2019, p. 46-55. Disponível em: <http://seer.ufs.br/index.php/historiar>. Acesso em: 15 fev. 2020.

FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico. **Cad. AEL**, v. 10, n. 18/19, 2003. p. 82-125. Disponível em: [http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788\\_arquivo.pdf](http://www.al.sp.gov.br/repositorio/bibliotecaDigital/20788_arquivo.pdf). Acesso em: 12 mai. 2019.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

FERREIRA, L. A. **Leitura e persuasão**: princípios de análise retórica. São Paulo: Contexto, 2010. (Coleção Linguagem e Ensino).

FIORIN, J. L. **Argumentação**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

GRÁCIO, R. A.; MOSCA, L. S. A importância da nova retórica para a compreensão de textos opinativos. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, 2016. p. 31-43 Disponível em: [www.revel.inf.br](http://www.revel.inf.br). Acesso em: 12 out. 2017.

HANKS, W. O que é contexto. In: BENTES, A. C.; REZENDE, R. C.; MACHADO, M. R. (Org.). **Língua como prática social**: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bordieu e Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2008 [1989], p. 169-203.

KOCH, I. G. V. **Introdução à linguística textual**: trajetória e grandes temas. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e escrever**: estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2011.

MACRAE, E. Identidades homossexuais e movimentos sociais urbanos no Brasil da “abertura”. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 39-62.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007.

MARTINS, H. Três caminhos na filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Org.). **Introdução à linguística**: fundamentos epistemológicos. vol.3, 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 439-473.

MELO, M. R. **Itinerários e “lutas”**: o engajamento de lideranças dos movimentos homossexual e LGBT em Sergipe (1981-2012). Orientador: Ernesto Seidl. 2013. 226f. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MELO, I. F. Breves notas históricas sobre sexualidades e identidades de gênero periféricas: o alvorecer do movimento LGBT no mundo. **Bagoas**, n. 14, v. 10, 2016. p. 205-232. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/11453/8063>. Acesso em: 23 jun. 2019.

MENEZES, M. L. **Avanços, lutas e desafios: trajetórias do movimento LGBT de Sergipe**. Orientador: João Mouzart. 2018. 161f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial Inclusiva), Faculdade Jardins, Aracaju, 2018.

MEYER, M. **A retórica**. São Paulo: Ática, 2007.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.). **Referenciação**. São Paulo: Contexto, 2003.

MORAIS, T. C. **Estratégias de referenciação: o encapsulamento anafórico como um processo de reelaboração de objetos de discurso no gênero editorial**. Orientadora: Geralda de Oliveira Santos Lima. 2016. 97f. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.

PEREIRA, C. F. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **RIDH**, Bauru, v. 4, n. 1, p. 115-137, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/article/view/307/168>. Acesso em: 28 ago. 2019.

PERELMAN, C.; TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

QUINALHA, R. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 15-38.

SANTANA, I. M. **O acordo retórico e a construção textual da persuasão: o discurso político**. Orientadora: Geralda de Oliveira Santos Lima. 2015. 93f. Dissertação (Mestrado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

TREVISAN, J. S. Somos o quê mesmo? In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 137-155.

TRINDADE, R. A invenção do ativismo LGBT no Brasil: intercâmbios e ressignificações. In: GREEN, J. N.; QUINALHA, R.; CAETANO, M.; FERNANDES, M. (Org.). **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018. p. 227-236.

Recebido em 27 de junho de 2020.

Aceito em 20 de outubro de 2020.